

Diêgo Rabêlo

REPERTÓRIO PEDAGÓGICO SOBRE A TEMÁTICA

INDÍGENA



Diêgo Fernando Silva Rabêlo

REPERTÓRIO
PEDAGÓGICO
SOBRE A
TEMÁTICA
INDÍGENA



CAPA
Kelly Barros dos Santos

ILUSTRAMAÇÃO
Kelly Barros dos Santos

TEXTO
Diêgo Fernando Silva Rabelo

REVISÃO
Diêgo Fernando Silva Rabelo

PPGHIST
Programa de Pós-Graduação em História - UFMA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

FAPENÁ
Fórum de Análise e Pesquisa e de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

Rabelo, Diego Fernando Silva.

Repertório pedagógico sobre a temática indígena. / Diego Fernando Silva Rabelo. – São Luís, 2019.

42 p.; il.

Produto da Dissertação- Indígenas nos livros didáticos: uma análise das representações dos povos indígenas nos livros de História do Ensino Médio adotado pela escola estadual Liceu Maranhense (2017-2018).

Orientador: Profa. Dr^a Antônio Evaldo Almeida Barros.

1. Ensino de História. 2. Povos indígenas. 3. Representações. 4. Livros didáticos. 4. Lei nº11645/08 I. Título

CDU: 371.671(=1-82): (812.1)

índice

1

A diversidade de povos indígenas que habitam o território brasileiro

11

1.1. Os Indígenas no censo demográfico de 2010

17

1.2 Características Sociodemográficas e Domiciliares da população indígena segundo o IBGE

27

2

Os povos indígenas do estado do Maranhão na contemporaneidade

34

2.1 Populações Indígenas do Estado do Maranhão

36

3

Repertórios pedagógicos sobre os povos indígenas

53

3.1 Indicações de Livros, Artigos, Dissertações e Teses

54

3.2 Indicações de filmes e documentários

60

3.3 Indicações de sites de pesquisa com a temática indígena

61

4

Sugestões de atividades

63

4.1 Ampliando o conhecimento histórico indígena

64

4.2 Refletindo sobre o protagonismo dos Povos Indígenas

66

4.3 Debatendo as matérias jornalísticas x texto acadêmico

71

Referências bibliográficas 77



APRESENTAÇÃO

Caros coleg@s professores e professor@s de História do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Maranhão venho com satisfação apresentar-lhes este manual de Repertórios Pedagógicos sobre a temática Indígena. Neste sentido, este material tem como objetivo oferecer algumas referências e informações sobre os povos indígenas de forma sucinta e didática para que nós professores possamos preparar nossas aulas.

Este guia pedagógico é resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido no Mestrado de História da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, onde constatamos que existem poucos materiais pedagógicos para trabalhar a questão indígena na escola. Desta maneira, a fim de suprir essa lacuna elaboramos este material e, assim, esperamos colaborar para a valorização e promoção da diversidade étnica dos povos indígenas.

Este Conjunto de Repertórios Pedagógicos está dividido da seguinte maneira: O primeiro capítulo trazemos informações gerais sobre a diversidade de povos indígenas que habitam atualmente o Brasil. Sendo que as informações foram retiradas do site da FUNAI e Censo Demográfico do IBGE de 2010.

No segundo capítulo apresentamos algumas informações dos principais povos indígenas do Estado do Maranhão na Contemporaneidade.

A partir do terceiro capítulo apresentamos uma série



de indicações de referências bibliográficas, sites, filmes e documentários sobre a temática indígena que os auxiliarão na preparação de aulas.

No quarto capítulo apresentamos algumas sugestões de atividades para serem utilizadas em sala de aula.

Esperamos que este guia pedagógico possa ajudá-los no aperfeiçoamento das suas práxis pedagógicas.

São Luís, 14 de março de 2019

Diêgo Fernando Silva Rabêlo

A diversidade de povos indígenas que habitam o território brasileiro

Os primeiros grupos humanos a habitar a América Portuguesa foram os povos indígenas que ao longo de séculos desenvolveram sofisticadas formas de organização social, cultural e linguística.

No início da Colonização havia uma diversidade de povos indígenas que falavam diversas línguas, com culturas e particularidades diversas entre si. Neste sentido, pode-se afirmar que as populações indígenas eram grupos heterogêneos com características distintas uma das outras. Contudo, o colonizador os enquadrava na categoria de "índios", como se todos fossem iguais.

Para o Antropólogo Baniwa (2006, p. 29), a categoria índio ou indígena é uma invenção do colonizador. Desta maneira, nos diz que:

A denominação índio ou indígena, segundo os dicionários da língua portuguesa, significa nativo, natural de um lugar. É também o nome dado aos primeiros habitantes (habitantes nativos) do continente americano, os chamados povos indígenas. Mas esta denominação é o resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo às Índias, na época uma região da Ásia. Castigada por fortes tempestades, a frota ficou à deriva por muitos dias até alcançar uma região continental que Colombo imaginou que fossem as Índias, mas que na verdade era o atual continente americano. Foi assim que os habitantes

encontrados nesse novo continente receberam o apelido genérico de "índios" ou "indígenas" que até hoje conservam. Deste modo, não existe nenhum povo, tribo ou clã com a denominação de índio. Na verdade, cada "índio" pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc. Mas também muitos povos recebem nomes vindos de outros povos, como se fosse um apelido, geralmente expressando a característica principal daquele povo do ponto de vista do outro. Ex.: Kulina ou Madjá. Os Kanamari se autodenominam Madjá, mas os outros povos da região do Alto Juruá os chamam de Kanamari.

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De

pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes.

A partir do exposto constata-se que a categoria índio fora utilizado pelo colonizador para denominar povos até então desconhecidos pelos europeus. Embora, saiba-se que os chamados "índios" não se tratavam como "índios", pois cada grupo étnico usava nomes específicos para se auto denominarem. Nos dias atuais os indígenas acionam essa terminologia "índio" quando estão reivindicando ao Estado Brasileiro melhorias para seus grupos étnicos, mas é importante destacar que cada etnia, povo ou nações indígenas são diferentes entre se.

Conforme Baniwa (2006, p. 31), cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que:

[...] se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual.

De acordo com a FUNAI "desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas

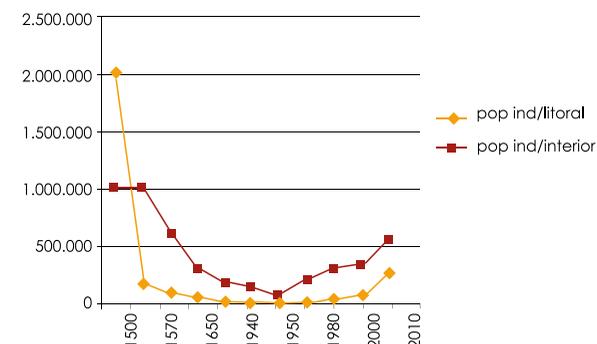
do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%".

Fig 1 – Dados demográficos da população indígena no Brasil

Dados demográficos da população indígena no Brasil

ano	pop ind/ litoral	pop ind/ interior	total	% pop total
1500	2.000.000	1.000.000	3.000.000	100,00
1570	200.000	1.000.000	1.200.000	95,00
1650	100.000	600.000	700.000	73,00
1825	60.000	300.000	360.000	9,00
1940	20.000	180.000	200.000	0,40
1950	10.000	140.000	150.000	0,37
1957	5.000	65.000	70.000	0,10
1980	10.000	200.000	210.000	0,19
1995	30.000	300.000	330.000	0,20
2000	60.000	340.000	400.000	0,20
2010	272.654	545.308	817.962	0,26

Fonte: Azevedo, Marta Maria. 2013



Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

A atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Este Censo revelou que em todos os Estados da Federação, inclusive do Distrito Federal, há populações indígenas. A Funai também registra 69 referências de índios ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento¹ de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista.

Segundo a FUNAI a população indígena, em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas

¹ No estado do Maranhão os indígenas Gamela reivindicam pelo reconhecimento étnico. Este povo, durante muito tempo foi considerado como extinto. Na atualidade, os Gamela se articulam e se organizam, criando mecanismos de reconhecimento e de luta pela implementação de seus direitos ao território e a etnicidade. Os Gamelas somam cerca de 1.500 pessoas que ocupam hoje 8 áreas no Maranhão, sendo que 4 destas estão com ações de reintegração de posse em tramitação na "justiça" federal. Resistem bravamente, enfrentando o judiciário, as forças policiais, os órgãos ambientais e as ameaças e os ataques dos latifundiários. COELHO, Elizabeth Maria Bessera et al. A luta pelo reconhecimento étnico e direito à terra: os Gamela. Anais do VIII Encontro Internacional Políticas Públicas.

para a sua sobrevivência física e cultural e garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As comunidades indígenas vêm enfrentando problemas concretos, tais como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração sexual, aliciamento e uso de drogas, exploração de trabalho, inclusive infantil, mendicância, êxodo desordenado causando grande concentração de indígenas nas cidades.

Portanto, os povos indígenas de acordo com o IBGE de 2010 falam mais de 274 línguas, sendo que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa. E, estão organizados em 305 etnias e ocupam 12% do território nacional. Com esses dados é possível perceber a diversidade de povos indígenas que habitam o território brasileiro, as previsões do século XIX que os indígenas iriam desaparecer num futuro próximo não se cumpriu o que vemos é um crescimento exponencial das populações indígenas em todo o território nacional.

A seguir apresentaremos em forma de gráficos e tabelas dados sobre os povos indígenas retirados do site da FUNAI e IBGE que poderão subsidiar as aulas dos professores de História que tem interesse em trabalhar com a temática indígena no âmbito da escola.

1.1 Os Indígenas no censo demográfico de 2010

A cada dez anos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE faz a contagem da população Brasileira a fim saber o quantitativo de pessoas que vivem no território Nacional. Esses dados são importantes para traçar as diretrizes das políticas

públicas para os vários segmentos da sociedade, o que inclui os povos indígenas. Contudo, foi só a partir de 1991 que os indígenas foram inseridos nessa pesquisa.

De acordo com Pimentel (2012, p. 52), “a partir dos anos de 1991 e 2000, o IBGE obteve as primeiras informações sobre a população indígena do Brasil perguntando às pessoas sobre qual era sua raça ou cor. Sendo aplicado o critério de autoidentificação, onde o próprio sujeito entrevistado se dizia pertencer ou não as etnias indígenas.”

O Censo Demográfico 2010 avançou ainda mais e aprimorou a pesquisa da população indígena investigando o pertencimento étnico e as línguas indígenas faladas, além de identificar a população residente nas Terras Indígenas e fora delas. Assim sendo, Pimentel (2012, p. 52), nos aponta que:

Nos censos anteriores, de 1991 e 2000, o IBGE obteve informações sobre a população indígena do país perguntando às pessoas sobre qual era sua raça ou cor. Já era aplicado aí o critério chamado de autoidentificação – a própria pessoa dá sua resposta, não é o pesquisador que atribui a cor ou a raça seu olhar, ou segundo um padrão predeterminado.

No Censo de 2010, a novidade foi que, além dessa questão sobre cor ou raça, também entraram perguntas sobre etnia e língua falada, quando a pessoa se declarava como indígena. O mesmo foi feito com quem não se declarou indígena (considerando cor ou raça), mas se considera indígena, por questões familiares ou culturais, e reside

dentro de uma terra indígena – São 78, 9 mil pessoas nessa condição.

Nós sabemos que um censo demográfico representa um enorme investimento que o país faz, pois, os recenseadores, em tese, devem visitar todos os domicílios existentes no país para conversar com as pessoas – no caso do último Censo, foram 67,5 milhões de residências, segundo o instituto. Ou seja, gera-se uma massa tão grande de informações que os pesquisadores do país às vezes levam vários anos para processá-la, entender qual o sentido das novidades e como elas se relacionam com os estudos realizados nas universidades.

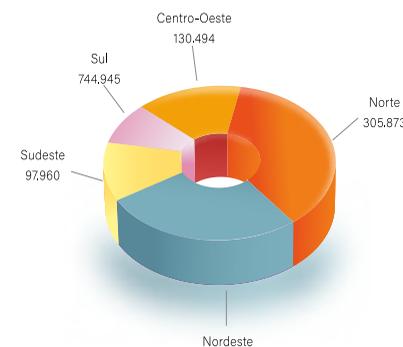
Para que se tenha uma ideia: antes desses dados do censo, dizia-se que o Brasil tinha algo em torno de 220 etnias e 180 línguas indígenas. Agora, com o censo, sabe-se que são 305 etnias e 275 línguas.

Abaixo passamos a apresentar algumas informações sobre a diversidade de povos indígenas do Brasil retirados das bases de dados da FUNAI e IBGE. Essas informações poderão auxiliar os professores de História do Ensino Médio para preparação de aulas.

Quantitativo de povos indígenas

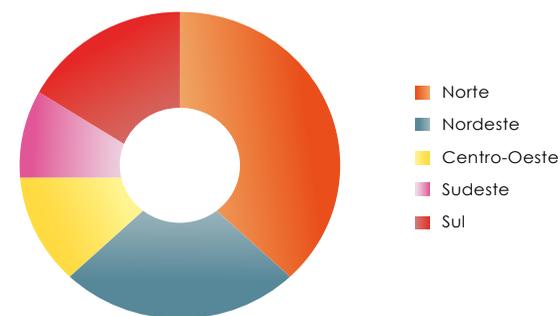
Segundo dados do censo do IBGE realizado em 2010, a população brasileira soma 190.755.799 milhões de pessoas. Ainda segundo o censo, 817.963 mil são indígenas, representando 305 diferentes etnias.

Fig 2 – Distribuição da população indígena – IBGE - 2010



Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

Fig 3 – População Indígena no Brasil

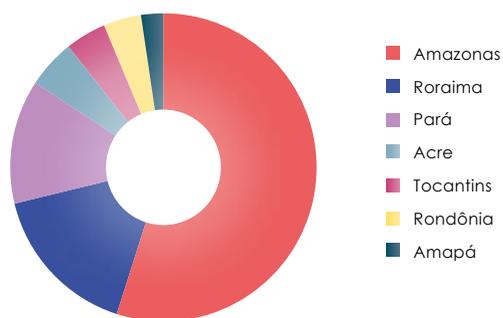


Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

Os Povos Indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 305.873 mil, sendo aproximadamente 37,4% do total.

Fig 4 – População Indígena Região Norte

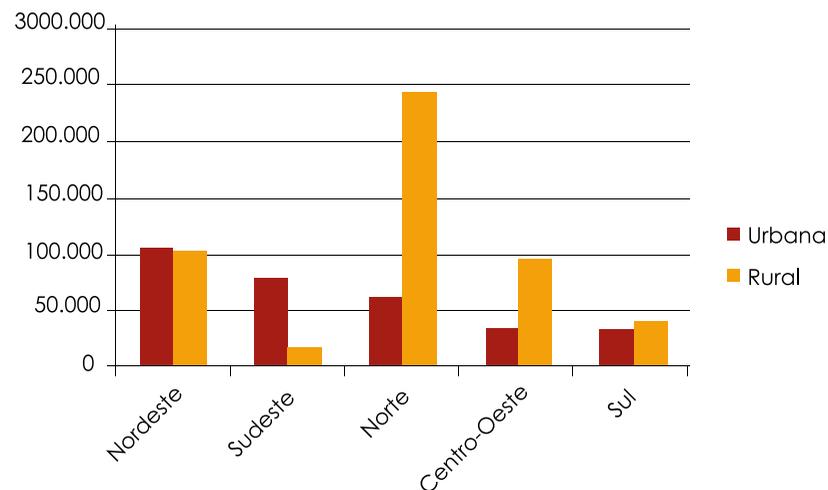
População indígena - Região Norte



Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

Na região Norte o estado com o maior número de indígenas é o Amazonas representando 55% do total da região.

Fig 5 – População Indígena por Região e por zona Urbana e Rural

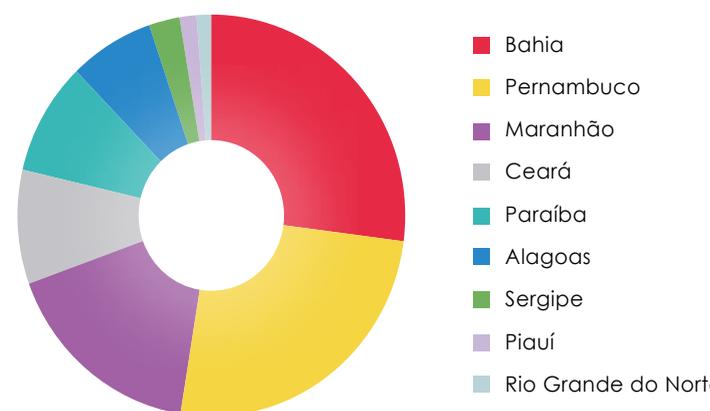


Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

Os povos indígenas estão presentes tanto na área rural quanto na área urbana. Sendo que, cerca de 61% dos indígenas estão concentrados na área rural. A região que concentra a maior população em números absolutos é a região nordeste com 106.150 mil indígenas.

Fig 6 – População Indígena por Estado

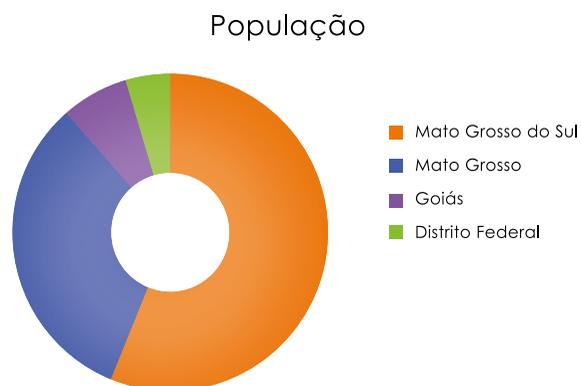
População



Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

A região nordeste conta com cerca de 25,5% da população e possui no estado da Bahia a maior concentração de indígenas.

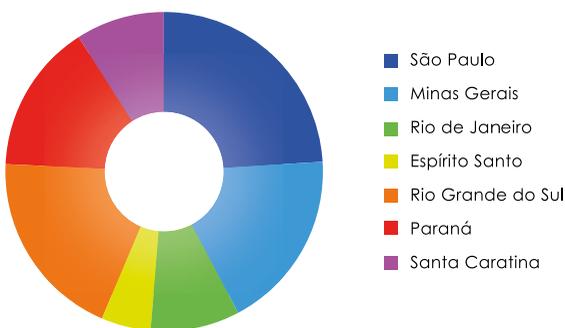
Fig – 7 Centro-Oeste terceira região com maior concentração de indígena



Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

A terceira região com maior concentração de indígenas é a região Centro-Oeste. Sendo que o estado do Mato Grosso do Sul concentra 56% da população da região.

Fig 8 - Região com menor concentração de indígena

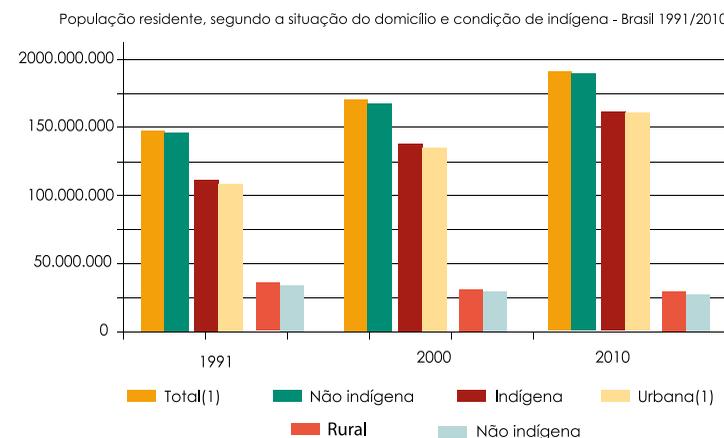


Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>

As regiões com menor número de indígenas são a Sudeste

e a Sul, nessa ordem, sendo São Paulo no Sudeste e o Rio Grande do Sul no Sul os estados com maior número de indígenas em suas regiões.

Fig 9 – População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil 1991/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Fig – 10 Indígenas que vivem na zona urbana e rural

	1991	2000	2010
Total (1)	146,815,790	169,872,856	190,755,799
Não indígena	145,986,780	167,986,780	189,931,228
Indígena	294,131	734,127	817,963
Urbana (1)	110,996,829	137,925,238	160,925,792
Não indígena	110,494,732	136,620,255	160,605,299
Indígena	71,026	383,298	315,180
Rural (1)	35,492,049	31,947,798	29,830,007
Não indígena	35,492,049	31,311,798	29,325,929
Indígena	223,105	350,829	502,783

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Fig 11 – Número de Municípios, segundo as classes de população indígena do município – Brasil 1991/2010

Número de municípios, segundo as classes de população indígena do município - Brasil - 1991/2010 -						
Total						
	1991		2000		2010	
Total	4491	100%	5507	100%	5565	100%
0 a 24	896	20,0%	1631	29,6%	2937	52,8%
25 a 49	169	3,8%	527	9,6%	485	8,7%
50 a 99	141	3,1%	458	8,3%	329	5,9%
100 a 249	140	3,1%	401	7,3%	398	5,4%
250 a 499	77	1,7%	186	3,4%	147	2,7%
500 a 999	53	1,2%	136	2,5%	113	2,0%
1000 a 1499	30	0,7%	63	1,1%	50	0,9%
1500 a 2999	26	0,6%	53	1,0%	52	0,9%
3000 a 4999	10	0,2%	20	0,4%	31	0,60%
5000 a 9999	5	0,1%	16	0,3%	32	0,60%
10000 a 14999	0	0,0%	0	0,0%	4	0,10%
15000 ou mais	1	0,0%	4	0,1%	1	0,00%
Não tem indígena	2943	65,5%	2012	36,5%	1085	19,50%

Fonte - IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Fig 12 – Número de Municípios, segundo as classes de população indígena no município – Brasil – 1991/2010 - Urbana

Número de municípios, segundo as classes de população indígena do município - Brasil - 1991/2010 -						
Urbana						
	1991		2000		2010	
Total	4491	100%	5507	100%	5565	100%
0 a 24	630	14%	1457	26,5%	2844	21,1%
25 a 49	102	2,3%	416	7,6%	431	7,7%

50 a 99	121	2,7%	343	6,2%	288	5,2%
100 a 249	73v	1,6%	313	5,7%	254	4,6%
250 a 499	20	0,4%	121	2,2%	101	1,8%
500 a 999	12	0,3%	81	1,5%	56	1,0%
1000 a 1499	5	0,1%	24	0,4%	21	0,4%
1500 a 2999	4	0,1%	21	0,4%	17	0,3%
3000 a 4999	3	0,1%	4	0,1%	8	0,1%
5000 a 9999	0	0,0%	7	0,1%	5	0,1%
10000 a 14999	0	0,0%	0	0,0%	2	0,0%
15000 ou mais	0	0,0%	3	0,1%	0	0,0%
Não tem indígena	3521	78,4%	2717	49,3%	1538	27,6%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Fig 13 – Número de Municípios, segundo as classes de população indígena do Município – Brasil – 1991/2010

Número de municípios, segundo as classes de população indígena do município - Brasil - 1991/2010 -						
Rural						
	1991		2000		2010	
Total	4491	100%	5507	100%	5565	100%
0 a 24	536	12%	1132	20,6%	2257	40,6%
25 a 49	75	1,7%	253	4,6%	124	2,2%
50 a 99	58	1,3%	204	3,7%	81	1,5%
100 a 249	79	1,8%	129	2,3%	90	1,6%
250 a 499	55	1,2%	68	1,2%	68	1,2%
500 a 999	40	0,9%	65	1,2%	74	1,3%
1000 a 1499	28	0,6%	31	0,6%	35	0,6%
1500 a 2999	21	0,5%	32	0,6%	44	0,8%
3000 a 4999	7	0,2%	16	0,3%	24	0,4%
5000 a 9999	5	0,1%	7	0,1%	17	0,3%
10000 a 14999	0	0,0%	0	0,0%	2	0,0%
15000 ou mais	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
Não tem indígena	3586	79,8%	3569	64,8%	2748	49,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Fig 14 – Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Brasil - 2010

Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Brasil - 2010									
	total			Urbano			Rural		
	Código	Município	POP	Código	Município	POP	Código	Município	POP
1	1303809	São Gabriel Cachoeira	29,017	3550308	São Paulo	11,918	1303809	São Gabriel da Cachoeira	18,001
2	1303908	São Paulo de Olivença	14,974	1303809	São Gabriel da Cachoeira	11,016	1304062	Tabatinga	14,036
3	1304062	Tabatinga	14,855	2927408	Salvador	7,560	1303908	São Paulo de Olivença	12,752
4	3550308	São Paulo	12,977	3304557	Rio de Janeiro	6,764	1300607	Benjamim Constant	8,704
5	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	10,749	1400100	Boa Vista	6,072	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	8,584
6	1300607	Benjamim Constant	9,833	5300108	Brasília	5,941	5102603	Campinópolis	7,589
7	2610905	Pesqueira	9,335	5002704	Campo Grande	5,657	3162450	São João das Missões	7,528
8	1400100	Boa Vista	8,550	2610905	Pesqueira	4,048	1400050	Alto Alegre	7,457
9	1300409	Barcelos	8,367	1302603	Manaus	3,837	5000609	Amabai	7,157
10	3162450	São João das Missões	7,936	2611606	Recife	3,665	1300409	Barcelos	6,997

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

1.2 Características Sociodemográficas e Domiciliares da população indígena segundo o IBGE²

Desde 1991 o Censo Demográfico³ coleta dados sobre a população indígena brasileira, com base na categoria indígena

² As informações desta seção foram retiradas do site da FUNAI. <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso: 26/01/2019.

³ Os censos realizados em 1900, 1920, 1940, 1950 e 1980 não individualizavam a população indígena do país, classificando-os conjuntamente com categorias sociais que indicavam a mestiçagem e situando-os entre os brasileiros "pardos". As concepções sobre o branqueamento e posteriormente a valorização da mestiçagem ganharam sucessivamente "status" de ideologia oficial do país. A obra Casa grande e senzala, de Gilberto Freyre, desempenhou um papel importante em relação à valorização do mestiço. OLIVEIRA, João Pacheco de

do quesito cor e raça. O Censo 2000 revelou um crescimento da população indígena muito acima da expectativa, passando de 294 mil para 734 mil pessoas em apenas nove anos. Esse aumento expressivo não poderia ser compreendido apenas como um efeito demográfico (ou seja, devido à mortalidade, natalidade e migração), mas a um possível crescimento no número de pessoas que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do país (FUNAI, 2010)

Como os Censos Demográficos 1991 e 2000 não investigaram a filiação étnica e linguística, as perguntas de quem eram essas pessoas e onde viviam e por que haviam mudado sua resposta entre um censo e outro permaneceram sem uma resposta satisfatória ou uma explicação. No Censo demográfico de 2010, foi introduzido um conjunto de perguntas específicas para as pessoas que se declaram indígenas, como o povo ou etnia a que pertenciam, como também, as línguas indígenas faladas. Além disso, incorporou-se um novo recorte geográfico, que foi a localização do domicílio indígena – dentro ou fora de Terras indígenas já reconhecidas pelo governo Federal (FUNAI, 2010).

Em decorrência, os resultados do Censo 2010 permitem um delineamento bastante detalhado acerca das pessoas que se declaram indígenas para os recenseadores. Surge um país com uma expressiva diversidade indígena.

Oliveira et al. A presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006, p. 158.

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E DOMICILIARES DOS POVOS INDÍGENAS

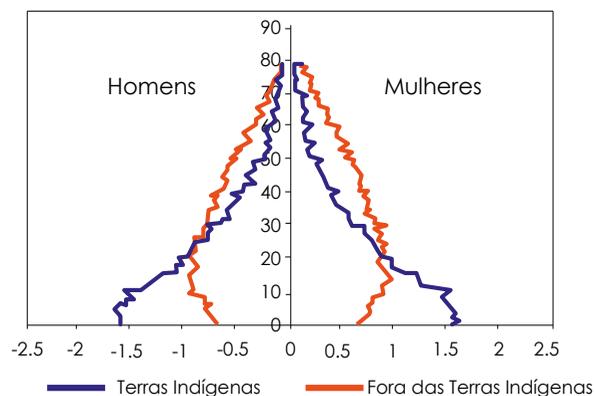
IDADE E SEXO

A distribuição da população indígena por grupos de idade apresenta estrutura diferenciada conforme sua localização. A pirâmide dos que viviam fora das Terras Indígenas tem formato achatado na base, denotando um número menor de pessoas nas idades jovens, tal como se observa com populações urbanas não indígenas. Já dentro das Terras Indígenas, pelo contrário, a base é alargada, o que indica ainda uma alta taxa de natalidade entre as mulheres.

A presença masculina (51,6%) é predominante dentro das Terras Indígenas, quanto a feminina (51,3%) predomina fora delas.

Fonte: < <http://www.funai.gov.br> >

Composição por sexo e idade da população indígena, por localização do domicílio - Brasil - 2010



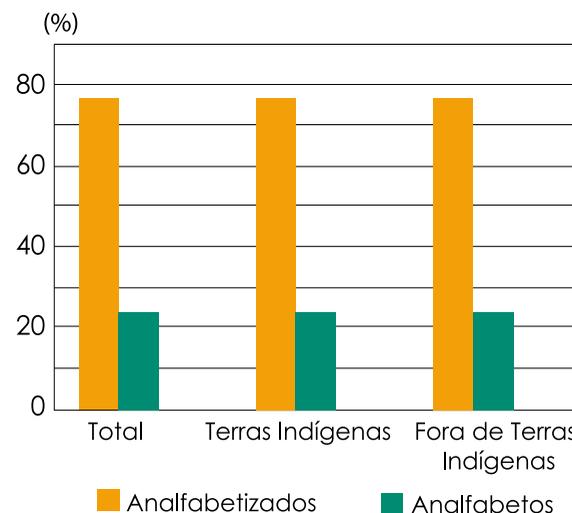
Fonte: : < <http://www.funai.gov.br> >

NÍVEIS EDUCACIONAIS BÁSICOS - ALFABETIZAÇÃO E ANALFABETISMO

A taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade revelou-se abaixo da média nacional, situada em 90,4%, sendo que nas Terras Indígenas 32,2% ainda são analfabetos. Esse dado demonstra que a expansão das políticas públicas na área da educação indígena constitui um desafio permanente, com destaque para a população que vive nas Terras Indígenas.

Fonte: < <http://www.funai.gov.br> >

Distribuição percentual das pessoas indígenas de 15 ou mais anos de idade, por localização do domicílio segundo a condição de alfabetização - Brasil - 2010



Fonte: < <http://www.funai.gov.br> >

REGISTRO DE NASCIMENTO

De um modo geral, o percentual de pessoas de até 10 anos que tinham algum tipo de registro de nascimento é elevado. O registro (RANI) fornecido pela Fundação Nacional do Índio

contribui com uma participação significativa, principalmente, na Região Centro-Oeste do País, sendo, portanto, ainda um desafio para as políticas de documentação para os indígenas.

Fonte: < <http://www.funai.gov.br>>

Percentual de pessoas indígenas de até 10 anos de idade com algum tipo de registro de nascimento - Brasil - 2010			
Brasil e Grandes Regiões	Com algum tipo de registro de nascimento		
	Total (1)	Tipo de registro de nascimento	
		Registro de cartório	Registro administrativo de nascimento indígena - RANI (2)
Brasil	93.5	69.6	22.7
Norte	88.2	65.4	21.2
Nordeste	98.5	93.4	3.8
Sudeste	99.1	92.8	5.7
Sul	97.8	67.0	30.3
Centro-Oeste	98.2	46.3	51.1

Fonte: < <http://www.funai.gov.br>>

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No tocante ao abastecimento de água em Terras Indígenas, há um predomínio de domicílios servidos de poços ou nascentes (37,7%), além da rede geral de distribuição (30,8%) e de rios, açudes ou igarapés (23,8%).

Fonte: < <http://www.funai.gov.br>>

DESTINO DO LIXO

O lixo nas Terras Indígenas é normalmente queimado (68,3% dos domicílios), porém ainda é alta a quantidade de lixo jogado em terrenos baldios (11% dos domicílios) que, no caso, constitui a própria terra indígena.

Fonte: < <http://www.funai.gov.br>>

Os povos indígenas do estado do Maranhão na contemporaneidade

Desde o período Colonial o território que denominamos atualmente de Maranhão era ocupado por diversos povos indígenas. Contudo, muitos desapareceram devido ao contato com os colonizadores que trouxeram consigo doenças, guerras e escravização. No livro a *"História da Missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas"* de autoria de Claude D'abbeville, relatou que quando chegou ao Maranhão havia 27 aldeias. Embora, pode-se cogitar que possivelmente eram mais, uma vez que a ilha de São Luís tem uma grande extensão territorial e possivelmente era exaustivo visitar todas as aldeias.

Apesar de todo processo de colonização muitos grupos étnicos resistiram e conseguiram sobreviver. Desta maneira, segundo dados do IBGE de 2010 a população indígena do Maranhão hoje é estimada em 35. 272 índios. Classificam-se em dois troncos linguísticos: Tupi-Guarani e Macrojê. E, pertencem a sete grupos étnicos diferentes. Sendo que, os Guajajara, Awá-gujá, Urubu-Kaapor são povos de língua Tupi, Pukobyê (Gavião), Krikati e Timbira Krepu'Kateyé, (Kanela Apaniekrá e Ramkokamekrá, são falantes da língua Jê.

A seguir apresentamos uma tabela que demonstra o quantitativo da população indígena do Estado do Maranhão segundo o levantamento do IBGE.

Fig 15 – População Indígena do Brasil e Maranhão

Indígenas por estados

	Número de indígenas	Participação na população indígena nacional (em %)
Amazonas	183.514	20,5
Mato Grosso do Sul	77.025	8,6
Pernambuco	60.995	6,8
Bahia	60.120	6,7
Roraima	55.922	6,2
Mato Grosso	51.696	5,8
Pará	51.217	5,7
São Paulo	41.981	4,7
Maranhão	38.831	4,3

Fonte: Pimentel, 2012

A tabela mostra que a população indígena do Estado do Maranhão vem crescendo significativamente. Isto vem se dando a partir de uma série de fatores, entre eles uma certa melhoria das condições de vida, uma maior qualificação dos próprios índios em gerirem a educação, a saúde, as atividades agrícolas, e uma determinante vontade de viver segundo seus costumes. Um outro fator importante foi a demarcação de suas terras que, embora invadidas, conferiram à população indígena maior auto-confiança e segurança em sua perspectiva de auto-perpetuação física e cultural.

Segundo Ubbiali (2004, p. 02), tudo isto não significa que não haja problemas e carências estruturais entre os povos indígenas do Maranhão. O estado, hoje não consegue, ou não

quer, garantir os direitos mínimos consagrados na Constituição de 1988. Mantém ainda uma relação de tutela, misturada com um paternalismo humilhante que minam profundamente o sonho de uma autêntica autonomia para os povos indígenas.

21 Populações Indígenas do Estado do Maranhão

Os povos indígenas presentes no Maranhão, são distribuídos em dois grupos: os Tupi-Guarani e os Macro-Jê. Essa distribuição, dá-se com base na classificação linguística-cultural utilizada para identificar e caracterizar as línguas e culturas indígenas presentes no Brasil.

Os povos do tronco linguístico-cultural Tupi-Guarani no Maranhão são: Tenetehara/Guajajara, Ka'apor, Awá-Guajá. Com relação aos povos do tronco linguístico-cultural Macro-Jê são: Krikati, Pukobyê (Gavião), Rankokamekrá e Apaniekrá (Canela).

OS POVOS INDÍGENAS MACRO -JÊ

TENETEHARA (conhecidos regionalmente por Guajajaras)

De acordo com o site do instituto Ambiental "os Guajajaras são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Habitam mais de 10 terras indígenas na margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão. Sua história de mais de 380 anos de contato foi marcada tanto de aproximações com os brancos como por recusas totais, submissões, revoltas e resistências".

Elizabeth Coelho caracteriza os Teneteharas como grupos indígenas pertencentes ao tronco Linguístico Tupi. Desta maneira, nos traz algumas informações relevantes sobre esse povo:

Os índios Tenetehara representam um dos poucos remanescentes dos outrora numerosos povos Tupi-Guarani que se distribuíam por extensa área do território brasileiro. Segundo WAGLEY E CALVÃO, as aldeias Tenetehara estendem-se de Barra do Corda, no rio Mearim, Maranhão, até os rios Gurupi, Guamá e Capim, noroeste do Estado do Pará. Os que habitam no Estado do Maranhão, nos rios Mearim, Grajaú e Pindaré, são chamados de Guajajara, enquanto que aqueles que migraram para o Gurupi, originários do Pindaré, são chamados de Tembê. Ambos Guajajara e Tembê, partilham a mesma língua e tradição cultural e consideram-se um só povo, autodenominando-se Tenetehara.

São ainda WAGLEY e GALVÃO que se referem aos Tenetehara como simplesmente um povo unido por uma mesma língua e tradições comuns do que uma aldeia ou nação conscientemente organizada em uma base política. Muito embora os Tenetehara de uma região tenham conhecimento da existência das outras aldeias, não há um entrosamento frequente entre elas.

A unidade mais importante na estrutura social Tenetehara é a família extensa, constituída por um número de famílias simples, reunidas por laços de parentesco. É a família extensa que constitui a base de produção econômica, é mais estável e subsiste ao rompimento das famílias simples, garantido maior segurança ao indivíduo. (COELHO, p. 30 – 31).

Segundo o arqueólogo Deusdedit (2013, p. 53), “os Tenetehara conhecidos regionalmente como Guajajaras,

ocupam atualmente no Maranhão, onze áreas indígenas localizadas na Pré-Amazônia, nas regiões dos rios Mearim e Pindaré e seus afluentes: os rios Corda, Grajaú, Caru, Zutiwa e Brititupu. Estima-se que hoje, a população dos Guajajaras está em torno de quase 25 mil pessoas”.

URUBU-KAAPOR

De acordo com Figueiredo (2009, p. 7), “os Ka'apor surgiram como povo distinto há cerca de 300 anos, provavelmente na região entre os rios Tocantins e Xingu. Talvez por causa de conflitos com colonizadores luso-brasileiros e com outros povos nativos, iniciaram uma longa e lenta migração que os levou nos idos de 1870, do Pará, através do rio Gurupi, ao Maranhão”.

Sua autodenominação Ka'apor significa “moradores” na mata”. Outros nomes pelos quais são conhecidos são Urubu, Kambô, Urubu-Caápor, Urubu-Kaápor, Kaapor. O termo Urubu foi evidentemente atribuído ao povo Ka'apor durante o século XIX pelos inimigos luso-brasileiros, sendo esta etimologia dada pelos próprios informantes Ka'apor, embora estes não se refiram a si mesmos pelo termo quando falando com terceiros. Os termos hifenizados Urubu-Caápor e Urubu-Kaápor foram introduzidos pelos indigenistas brasileiros nos anos 50, numa tentativa de padronizar, na etnologia, a grafia dos nomes de grupos nativos.

Sobre o modo de vida dos Ka'apor Coelho (1987, p. 46 – 48) nos diz que:

O modo de vida dos Kaapor reflete uma adaptação especializada à vida na mata. Orientam suas atividades por um calendário

definido pela natureza, assim como sua mitologia é elaborada a partir da floresta. Para sobreviver na mata, os Kaapor tiveram que recriá-la a seu modo, dando significação às coisas. Dessa forma, selecionaram elementos da flora e da fauna fundamentais a sua sobrevivência.

O ciclo anual das atividades Kaapor estabelece os meses de janeiro a abril como fase de coleta de frutos. Este é o período em que a floresta amazônica oferece os frutos mais variados como: caju, bacuri, piquiá, cacau, jenipapo, coco, etc.

Durante os meses de setembro até abril as atividades de subsistência estão especialmente voltadas para a pesca, pois é o período que coincide com a vazante e é quando esta atividade é mais produtiva. As pescarias coletivas rendem enormes quantidades de peixe de todas as variedades, que são conservados no moquéim sempre aceso, como uma forma de garantir sua conservação e suprir a alimentação durante o período de derrubada da mata para plantio, que ocorre nessa época.

O período da caça corresponde até certo ponto ao da pesca, pois, com a vazante, as aguadas ficam mais raras e é fácil apanhar o animal quando ele vem beber. Com a estação das chuvas inicia-se a caça por rastejamento e o conseqüente amadurecimento das frutas ajuda a caça na medida em que se aguarda o animal próximo às fruteiras onde ele vem comer. A caça dos pássaros para

a obtenção das penas com que fabricam seus magníficos adornos plumários – parte fundamental do artesanato Kaapor – é uma atividade constante e exaustiva.

De setembro a novembro é iniciada a lavoura, com a derrubada da mata. Os Kaapor cultivam vinte e oito plantas diferentes, dentre elas a mandioca, a batata doce, o cará, o milho, favas, etc.

O período da fartura vai de dezembro a março e coincide com o período das festas e atividades sociais mais intensas.

Durante o período de escassez são mais intensas as atividades artesanais, os homens ficam mais tempo ocupados na confecção de adornos plumários, armas e outros artefatos.

Fig 16 - Informações sobre os indígenas Ka'apor

POVO KA'APOR		
Outras denominações:	Outras grafias:	
Urubur- Ka'apor	Kaapor, Kaaporté, Kambô	
Línguas		
Tronco Linguístico: Tupi	Família Linguística: Tupi Guarani	
Língua materna:	Línguas faladas:	
Kaapor	Kaapor e Português	
Localização		
Terra Indígena:	Estado:	Município:
Alto Turiaçú	MA	Turiaçú

Leite Filho, Deusdêtit Carneiro et al. Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão: conhecendo, valorizando e preservando o patrimônio cultural Maranhense, São Luís, 2013.

AWÁ -- GUAJÁ⁴

De acordo com Gomes (1994, p. 354), " os Guajá (auto-denominados Awá) são um povo de língua tupi-guarani que vive espaçadamente num vasto território nas franjas orientais da floresta amazônica, nos vales dos rios Gurupi, Turiaçu e Pindaré, no estado do Maranhão". Esse território tem sido tradicionalmente compartilhado com outros povos indígenas, como os Tenetehara, Urubu-Kaapor e Krejé, quase sempre em posições relativamente desfavoráveis. Enquanto aqueles índios desenvolviam suas culturas às margens dos rios, os Guajá se posicionavam nas cabeceiras dos seus afluentes, em áreas íngremes, de menor utilidade para agricultura e de difícil acesso.

Sobre o território tradicionalmente ocupado pelos índios Guajá, Gomes (1994, p. 354), nos diz que:

Desde a década de 1950 esse território vem sendo invadido e tomado pelas diversas frentes de expansão econômica. Do norte, subindo o curso dos rios, vieram os lavradores maranhenses, piauienses e de outros estados nordestinos, expulsos de suas terras e à procura de terras livres e melhores condições de vida; ao sul também chegaram pobres lavradores sem terra do Paraná e Santa Catarina, mas principalmente fazendeiros de

⁴ Os indígenas Awá-Gujá são considerados como um dos povos indígenas mais ameaçados de extinção, pois fazendeiros, madeiros e grileiros querem retirar a posse das terras indígenas. Com a medida Provisória Nº 870 assinada pelo atual presidente os fazendeiros se sentiram fortalecidos para invadir as terras dos índios Awá-Gujá. Desta forma, a área, demarcada desde 2014, abrange os municípios de Carutapera, São João do Caru, Governador Newton Belo e Centro Novo do Maranhão. Entretanto, invasões nas terras dos indígenas Awá-Gujá nunca pararam de acontecer e têm se intensificado após medida assinada pelo [...] atual presidente, que enfraqueceu a Funai e dá ao Ministério da Agricultura presidido por uma ruralista o atributo de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas. <<https://oimparcial.com.br/social/2019/01>>

Goiás e Minas Gerais, madeiros capixabas, grandes especuladores de terra disfarçados em empresas agro-pastoris, tais como, a Varig, a Cacique, a Sanbra e outras mais; pelo oeste penetraram fazendeiros baianos e goianos já instalados no Pará, que construíram pontes sobre o rio Gurupi para explorar madeira e estabelecer novas fazendas (sem a preocupação em registrar essas supostas propriedades no Maranhão); por fim, cortando todo esse território, construíram a rodovia BR-222 e a Ferrovia Carajás, que criaram as condições de estabelecimento de novas fazendas, povoados e assentamentos oficiais de posseiros e lavradores imigrantes. O resultado é que, exceto pelas áreas indígenas Turiaçu (515.000 há) e Caru (172.000 há), os diversos grupos Guajá foram se isolando cada vez mais uns dos outros e terminaram se ilhando em meio à destruição da floresta, entre capoeiras vastíssimas, vilas e "centro" de lavoura e povoamento, encurralados e acossados ainda mais pela violência urgente e sem freios dessas novas frentes de expansão.

OS POVOS INDÍGENAS TUPI GURANI OS KRIKATI

De acordo com Deusdedit (2013, p. 56), "os Krikati localizam-se no sul do Maranhão nos municípios de Montes Altos, Sítio Novo, Amarante e Lajeado Novo, dentro da terra Indígena Krikati. Por fazerem parte da cultura Timbira, possuem praticamente o mesmo repertório cultural que é comum aos

demais povos Timbira".

A seguir trazemos um quadro com algumas informações sobre esse povo. Vejamos:

Fig 17 – Informações sobre os indígenas Krikati

KRIKATI		
Outras denominações:		Outras grafias
Krêkath		Cricati
Língua		
Tronco Linguístico: Macro-jê		Família Linguística: Jê
Língua materna:		Língua faladas:
Timbira (dialeto Krikati)		Timbira e Português
Localização		
Terra Indígena	Estado:	Municípios
Krikati	MA	Montes Altos

Fonte: Leite Filho, Deusdêtit Carneiro et al. Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão: conhecendo, valorizando e preservando o patrimônio cultural Maranhense, São Luís, 2013.

A antropóloga Coelho (1987, p. 19), nos traz algumas informações importantes sobre esse povo, dizendo que:

Os Krikati, cujo nome significa "aldeia grande", habitam um território situado no município de Montes Altos, a área indígena Krikati.

A aldeia principal dos Krikati, e praticamente a única, está a 18 km da sede do município de Montes Altos e a 30 km da sede do município de Sítios Novos. Fica às margens da Rodovia MA 280 que faz a ligação da BR 226. [...] Além da aldeia principal há uma outra

distante 6 km desta onde mora apenas uma família e de forma temporária.

Segundo o site socioambiental os Krikati "tiveram seu território declarado como Terra Indígena em 08 de julho de 1992, através da portaria ministerial nº 328. Esta portaria designou como posse indígena um total de 146 mil hectares". A posse de terras foi um marco para os povos Krikati, pois por séculos foram expropriados de suas terras por ações ilegais de madeireiros, pecuaristas e fazendeiros.

PUKOBYÊ (GAVIÕES)

Figueiredo (2009, p.14) nos fala que: "pelo nome de Gavião, costuma-se designar dois grupos timbira, os Pukobyê e os Parkatejê. Eles também mantêm certa proximidade espacial, o primeiro no oeste do Maranhão, na borda da floresta amazônica, e o último no leste do Pará, dentro dela.

Segundo o site socioambiental os Pukobyê habitam:

[...] a parte sudoeste do Estado do Maranhão, na micro-região de Imperatriz, que abrange uma faixa do contato entre a floresta amazônica e as formações de cerrado. Estão localizados mais precisamente em uma pequena faixa de terra com cerca de 41.644 hectares de extensão, no município de Amarante, a uma distância de apenas 10 km da sede do município. Essa área compreende a Terra Indígena Governador, que conta com aldeias dos índios guajarara.

Para Coelho (1987, p. 23), "os Krikati referem-se aos Pukobyê como Irongatiyê, que significa "o bando da floresta", enquanto os Pukobyê referem-se aos Krikati como Pompegatiyê ou "povo da savana". Conhecidos popularmente como Gavião, os Pukobyê utilizam esta auto-denominação que significa um tipo de "inhamé".

O arqueólogo Deusdêdit et al. (2013, p. 57), nos diz que:

Os indígenas Pukobyê habitam a Terra Indígena Governador, situada no município de Amarantes. Por estarem próximos ao município de Amarante, se relacionam com esta cidade, comprando mercadorias de que precisam, matriculam seus filhos para cursarem o ensino médio, internam seus membros doentes e fazem negócios.

Atualmente, os Pukobyê estão distribuídos em três aldeias – Governador, Rubiácea e Riachinho – e, em 2006, somavam uma população de 494 (FUNASA) pessoas. Informações coletadas por etnógrafo Curt Nimuendaju apontam uma depopulação drástica de meados do século XIX – quando há referências de um “exército Pykobyê com 1.600 homens” – para quando os visitou em 1929, encontrando apenas 270 pessoas. A população Pukobyê continuaria apresentado um decréscimo considerável até a década de 1960, apresentado um relativo aumento a partir da década de 70, que pode ser atribuído às melhores condições de assistência médica após a instalação do Posto da Funai na área.

Os indígenas Pukobyê mantêm suas tradições vivas como os ritos “Ykreré” ou Festa do Seveiro que é um ritual de passagem da fase da infância para a adolescência. Existem outra festa denominada Barriguda que é um ritual que completa o ciclo da vida Gavião, este ritual tem como objetivo despedir-se de um ente querido que morrera em tempo recente.

Portanto, os povos indígenas Pukobyê vivem atualmente no Estado do Maranhão e continuam resistindo as investidas de grupos de posseiros, grileiros, madeireiros que tentam se apropriar de suas terras. Apesar de serem chamados pela expressão *Pukobyê* pelos antropólogos são conhecidos na região em que habitam pelo nome de indígenas Gaviões.

RAMKOKAMETRÁ (CANELA)

O site socioambiental nos informa que “ os indígenas Ramkokametrá atualmente se auto-denomina com o nome português Canela. Ramkokametrá significa “índios do arvoredo de almécega”. É provável que o nome Canela seja uma referência ao fato desses índios serem visivelmente mais altos – com suas longas pernas, quando comparados pela população regional a seus vizinhos Guajara.

Coelho (1987, p. 26) se reporta aos Ramkokametrá dizendo que:

[...] são popularmente conhecidos como Canela. Esses índios habitam uma única aldeia localizada na área indígena Canela, a aldeia do Ponto, que fica a 74 km da cidade de Barra Corda.

A área habitada tradicionalmente pelos Ramkokamekrá constitui-se numa região de savana, com poucas áreas de mata. É uma região que favorece a pecuária e isso de certa forma explica a história dos conflitos interétnicos envolvendo os Ramkokamekrá e os “civilizados”.

A principal aldeia dos Ramkokamekrá chama-se

Escalvado, é conhecida pelos sertanejos e moradores de Barra do Corda como Aldeia do Ponto e localiza-se em torno de 70 km a sul-sudeste dessa cidade, no estado do Maranhão.

A Terra Indígena Ramkokamekrá hoje está homologada e registrada. Neste sentido, Coelho (1987, p. 27), nos fala que:

A área indígena Canela está totalmente demarcada desde 1970. Possui uma extensão de 125. 212 hectares. Limita-se ao norte com terras devolutas do Estado, ao sul com a serra das Alpercas, a leste com o povoado Centro do Leandro e a oeste com o povoado Bacabal dos Vieiras.

Para a realização da demarcação dessa área foi necessário a retirada de vários invasores, incluindo-se fazendas e pequenos povoados. Atualmente não há invasões na área, mas após a demarcação já foram devidamente retiradas sem maiores conflitos. Está área está sob a jurisdição direta da Ajudância da Funai em Barra do Corda.

Atualmente os indígenas Canelas (Ramkokamekrá), continuam resistindo as investidas de madeiros e posseiros que tentam invadir suas terras.

APANIEKRA (CANELA)

Coelho (1987, p. 28), nos fala que “os índios Apaniekra, cujo nome significa “filho da piranha”.

Supõe-se que eram chamados por esse nome porque pintavam o maxilar inferior de vermelho, remetendo à imagem desse peixe carnívoro. São também conhecidos como Canela.

Habitam uma aldeia na área Indígena Porquinhos, a 110 quilômetros de Barra do Corda. A regularização da Terra Indígena Porquinhos aconteceu no começo da década de 1980 e, tem a extensão de 79.520 hectares. Encontra-se localizada nos municípios de Fernando Falcão e de Grajaú.

A antropóloga Coelho (1987, p. 29), nos fala sobre a Terra indígena “Porquinhos” onde vivem os índios Apaniekra da seguinte maneira:

Apesar de demarcada, esta área continua invadida. Uma das principais invasões é a fazenda Serra Branca, de propriedade do Sr. Yukio Akashi. Em 1977, quando foi feita a discriminação das terras pela Funai, a fazenda ficou incluída na área indígena. Desde então o citado fazendeiro entrou com um processo na justiça [...]. Isto é motivo para ocasionais conflitos envolvendo os índios e o fazendeiro, uma vez que os índios julgam-se com direito à utilização dos produtos e bens encontrados na fazenda, por ser área indígena.

[...] A atuação da Funai na área indígena Porquinhos é dificultada, da mesma forma que na área Canela, em virtude da grande distância da sede do município para áreas e a ausência de viaturas que sirvam a estes Postos. A locomoção dentro e fora da área fica na dependência da disponibilidade da ajudância, que por seu lado não possui uma boa infra-estrutura de transportes.

Sobre esse povo indígena Beserra (1987, p. 28), acrescenta que:

A história do contato entre os Apaniekra e o mundo dos “brancos” possui vários pontos comuns com a dos demais Timbira, especialmente no que se refere ao confronto com a frente de expansão pastoril. Aqui também se repete a velha história do índio comer o gado e o fazendeiro matar o índio. Em 1913 ocorreu um sério massacre contra os Apaniekra. Um criador estabeleceu-se com seu rebanho na Chapada das Alpercatas. O gado vivendo solto espalhou-se pelos campos vizinhos onde os índios caçavam. A presença do gado afugentou a caça e os índios viram no boi o complemento protético para sua dieta alimentar...” o índio comia um boi, o fazendeiro matava um índio. Certo dia os tais Arrudas reuniram para mais de 100 Canela em sua fazenda para tomarem parte numa festa onde havia muita cachaça. Depois de embriaga-los, caíram sobre eles sem deixar um só vivo. Há outra versão desse incidente, mas que não varia no seu desfecho, ou seja, o massacre quase total do grupo.

Durante séculos as terras dos indígenas Apaniekra foram invadidas por pecuaristas, fazendeiros e posseiros dentro de um contexto da frente de expansão. Neste sentido, muitas vidas foram ceifadas nos conflitos entre indígenas e “brancos”.

MAPA DAS TERRAS INDÍGENAS NO MARANHÃO

Fig 18 – Terras indígenas do Maranhão



Fonte: Associação Carlo Ubbiali e Instituto Ekos

Fig 19- Áreas indígenas e povos indígenas

Nº	Áreas Indígenas	Povos Ind.	Superfície	Situação Jurídica	Popul.
1	Alto Turiaçú	Ka'apor, Guajá, Timbira	530.525 Ha.	DH 880002-28.12.82	950
2	Araribóia	Guajajara-Guajá	413.288 Ha.	DH 98852.22.01.90	5,150
3	Bacurizinho	Guajajara	82.432 Ha.	DH 88600- 09.08.83	2,120
4	Cana B. Guajajara	Guajajara	137.329 Ha.	DH 246- 29 10.91	4,750
5	Caru	Guajajara- Guajá	172.667 Ha.	DH 87843- 22.11.82	295
6	Geralda/T. Preto	Krêpum Kateyê	18.506 Ha.	DH s/n de 16.05.94 CRI	165
7	Governador	Gavião Pokobyê	41.644 Ha.	DH 88001- 28.12.82	830
8	Canela-B. Velho	Ramkokamekrá	125. 212 Ha.	DH 87960- de 21.12.82	2,058
9	Lagoa Comprida	Guajajara	13.198 Ha.	DH 313 de 29.10.91	305
10	Morro Branco	Guajajara	49 Ha.	DH 88610- de 09.08.83	130
11	Porquinhos	Apaniekrá	79.520 Ha.	DH 88599 de 09.08.83	790
12	Rio Pindaré	Guajajara, Guarani	15.003 Ha.	DH 87846 - DE 22.11.82	680
13	Rodeador	Guajajara	2.319 Ha.	DH 88813 de 04.10.83	115
14	Urucu-Juruá	Guajajara	12.967 Ha.	DH 382, de 24.12.91	560
15	Awá	Awá-Guajá	118.000 Ha.	Demarcada. Sem hom.	310
16	Kritati	Krikati-Guajajara	146.000 Ha.	Demarcada. Sem hom.	810
Totais			1.908.389 Ha.		20,018

Fonte: Associação Carlo Ubbiali e Instituto Ekos

Repertórios pedagógicos sobre os Povos Indígenas

Esta seção tem por objetivo apresentar aos professores de História do Ensino Médio referências, sites, filmes, documentários sobre a temática indígena para que possam preparar suas aulas.

É importante frisar que estas referências são apenas indicações e que, portanto, não devem ser entendidas como manual pronto e acabado, pois o professor deve selecionar aquelas que melhor se adequa a sua realidade e contexto social a qual sua escola e alunos estão inseridos.

3.1 Indicações de Livros, Artigos, Dissertações e Teses



LIVROS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de.

Os índios na História do Brasil. Ed: Fgv, 2010.

_____. **Metamorfoses**

indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: <www.domiopublico.gov.br>

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Cultura e Sobrevivência dos índios no Maranhão.** São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

CUNHA, Manoela Carneiro da. **Índios no Brasil:** História,

Direitos e Cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br//trechos/35025.pdf>

_____ or. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CUNHA, Edgar Teodoro da. "**Índio no Brasil: imaginário em movimento**". In: Novaes, Sylvia Caiuby et al. (orgs.). Escrituras da imagem. São Paulo/Edusp, 2004, p. 101-120.

D'ABEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Itatiaia, 1975.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GUIDON, Niéde. "**As ocupações pré-históricas do Brasil (exceção a Amazônia)**". In: Cunha, Manuela Carneiro da (org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC, 1992, p. 37-52.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2007.

MONTEIRO, Jhon Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco de et al. **A presença do Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf>>

_____ Org. **A presença indígena no Nordeste**. Editora: Contra Capa, 2011.

PIMENTEL, Spency. **O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas**. São Paulo: Prumo, 2012.

SILVA, Aracy Lopes da Silva; Grupioni, Luís Donizete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização**. São Paulo: Global, 2017.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na Cultura Brasileira**. São Paulo: Revan, 2000.

VALENTE, Rubens. **Os Fuzis e as fechas: a história de sangue e resistência indígena na ditadura**. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. Editora: Companhia das letras,

ARTIGOS

MOREIRA, Maria Geralda de Almeida. **Entre silêncios e representações: história e cultura indígena no ambiente escolar**.

Polyphonia, v. 24, n. 1, p. 175-188, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/>



download/34131/18021

SILVA, Edson. **A temática indígena no currículo e a lei 11.645/2008: mais um desafio à realidade escolar.** *Revista Contexto*, [S.l.], v. 4, n. 1-2, p. 111-126, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/view/1025/559>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos.** In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44520>

MARTINS, Maria Cristina Bohn. **As sociedades indígenas, a história e a escola. Antíteses.** [S.l.], v. 2, n. 3, p. 153-167, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2419/2192>



DISSERTAÇÕES

BRAGA, Bruno Miranda.

Manáos Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré 1845 -1910. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

Disponível em: <http://ppgh.ufam.edu.br/>

FERNANDES, Fernando Roque. **O teatro da guerra: índios**

principais na Conquista do Maranhão (1637 – 1667). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <http://ppgh.ufam.edu.br/>

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Indigenismo e Antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CPI) na gestão Rondon (1939-1955).** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

GOBBI, Izabel. **A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de História: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático.** São Carlos, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1448/DissIG.pdf?sequence=1>

MATOS, Maria Helena Ortolam. **O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980).** 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – ICH, UNB, Brasília, 1997.

SILVA, Adriane Costa. **Versões Didáticas Indígenas (1870-1950).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <http://lemad.ffch.usp.br/sites/lemad.ffch.usp.br/files/lemad-dh-usp>

SILVA, Eliane de Jesus Araujo da. **O outro lado do Espelho: representação do índio em livros didáticos.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, 2014. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/277>

SILVA, Andreza Bianca de Caxias. **"Selvagens, Nus, Ferozes e Canibais"**: os Tupinambás nas representações de Hans Staden". Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <<http://ppgh.ufam.edu.br/attachments>>

Palhares, Leonardo Machado. **Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora**: ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros de História. Dissertação (Mestrado em Educação e Inclusão Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843>



TESES

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Sagas sertanistas**: práticas e representações do campo indigenista no século XX. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

LOURENÇO, Jacqueline. **Elementos indígenas na construção da identidade nacional brasileira (1750 – 1850)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09092016-123310/pt-br.php>

MONTEIRO, Jhon Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre

docência em História do Indigenismo) – Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281350>

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe Cultura, escola e professores indígenas no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-24082009-170851/pt-br.php>>

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzode. **Messianismo Canela**: entre o indigenismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, 2006. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/774>>

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o Selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000008.pdf>>



3.2 Indicações de filmes e documentários

A seguir sugerimos uma lista de filmes e documentários sobre os povos indígenas que podem ser trabalhados em sala de aula.

Arca dos Zoé (1993)Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Avaez4TIXAI>**Os Yanomami (1984), Globo Repórter**Link: <https://www.youtube.com/watch?v=nITmDt7anna>**Indígenas somos Nós (2016)**Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZecRLbA7H3w>**Índio no Brasil (2015) (três episódios)**Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ScaUURAJkC0>**Filme: “As missões” os Jesuítas no Brasil**Link: https://www.youtube.com/watch?v=R0VnV_vCtJ8**Filme: El Abrazo de la Serpiente (2015)**

Diretor: Ciro Guerra

Povos indígenas e práticas de ensino no BrasilLink: <https://www.youtube.com/watch?v=VNanwYCDEsY>**Direitos Humanos e Povos Indígenas (2014)**Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Kp7PZMjy52Q>**O massacre do Alto Alegre Maranhão**Link: https://www.youtube.com/watch?v=_Ez4to9RWGU

3.3 Indicações de sites de pesquisa com a temática indígena

Os índios na História do Brasil: informações, estudos e imagens

<https://plutao.ifch.unicamp.br/ihb/index.htm>

Museu do índio

<https://www.museudoindio.gov.br>

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

<https://www.cimi.org.br>

FUNAI

<https://www.funai.gov.br>

Biblioteca Digital Curt Nimuendaju

<https://www.etnolingustica.org>

ISA – Instituto Socioambiental

<https://www.socioambiental.org./pt-br>

O índio na fotografia brasileira

<https://povosindigenas.com>

Biblioteca Nacional Digital

<https://bndigital.bn.gov.br>

Projeto Resgate Barão do Rio Branco

<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco>

Brasiliana Eletrônica

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

Hemeroteca Digital

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

Censo 2010

www.censo2010.ibge.gov.br

Sítio do prof. Julio Meltatti

www.juliomelatti.pro.br

4.1 Ampliando o conhecimento histórico

O OLHAR DOS VIAJANTES E PINTORES ESTRANGEIROS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

Durante o processo de colonização da América Portuguesa vários viajantes, cronistas e pintores vieram com a missão de retratar a fauna, flora e principalmente as populações indígenas. O contato cultural entre europeus e indígenas em alguns momentos fora amistosa em outros deu-se de forma violenta. Os estrangeiros produziram imagens e relatos das suas impressões sobre os indígenas. Neste sentido, os textos a seguir apresentam as visões desses viajantes europeus.



Índios (tapuias), pintura de Albert Eckhout, 1643. Museu Nacional, Copenhague.

Sugestões de
atividades

TEXTO 1

A feição deles é serem pardos, à maneira avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam cobrir coisa nenhuma, nem mostrar suas vergonhas: acerca disso, estão em tanta inocência como tem em mostrar o rosto.

CAMINHA, Pero Vaz. Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel, 1500.

TEXTO 2

“São pessoas bonitas de corpo e estatura, tanto homens quanto mulheres, da mesma forma que as pessoas daqui, exceto que são bronzeadas pelo sol, pois andam todos nus, jovens e velhos, e também não trazem nada nas partes pubianas”.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil. [tradução. Angela Bojadsen, introdução de Eduardo Bueno]. Porto Alegre, RS, 2008.

TEXTO 3

“Todas estas nações de gentes [...] seguem sua gentilidade, são feras, selvagens, montanhasas e desumanas: vivem ao som da natureza, nem seguem fé, nem lei, nem rei (freio comum de todo homem racional). E em sinal dessa singularidade lhes negou também o Autor da natureza às letras F, L, R. Seu Deus é seu ventre [..], sua lei, e seu rei, são seu apetite e gosto. [...]. [...] Nos mais costumes são feras, sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados a vinhos; e só nesta parte esmeraldos [...]”.

VASCONCELOS, Simão de. Crônica da Companhia de Jesus [1663]. Petrópolis: Vozes, Brasília: IN, 1977. p. 97-98.

ANALISANDO AS FONTES

Com base nos fragmentos e imagens produzidas pelos viajantes europeus sobre os povos indígenas que habitavam a América Portuguesa durante a colonização responda as questões a seguir:

1. Descreva como os povos indígenas foram retratados pelos viajantes e pintores europeus.

2- Ao ler e comparar os relatos dos cronistas qual conclusão você consegue formular sobre os povos indígenas? Justifique.

3- Pesquise e responda as seguintes questões:

Quem foi o pintor que produziu as imagens acima e qual sua relação com os povos indígenas?

Como as imagens apresentadas acima representam os indígenas?

Você conhece outros artistas que produziram trabalhos sobre indígenas durante período colonial? Justifique.

4.2 Refletindo sobre o protagonismo dos Povos Indígenas

Leia o texto e responda as perguntas abaixo.

TEXTO 1**A resistência indígena**

O contato dos povos indígenas com os invasores coloniais – portugueses, franceses, holandeses etc. – não pode ser reduzido ao binômio extermínio e mestiçagem. Desde as primeiras relações de escambo, passando pelas inúmeras alianças

guerreiras até o desespero causado pelas epidemias de varíola, cada povo indígena reagiu a todos os contatos a partir do seu próprio dinamismo e criatividade.

Assim, com o tempo, não só foram criadas “novas sociedades e novos tipos de sociedade”, como o conhecimento dessa realidade esteve viciado pelo olhar do cronista que desde o início naturalizava essas sociedades, dividindo-as em Tupis e “Tapuias” (aliados/inimigos) de forma a consolidar os objetivos de dominação do projeto colonial português.

Na história desse contato, as iniciativas de inúmeras lideranças indígenas em defesa dos interesses de seus povos foram registradas em documentos oficiais e relatos de cronistas, como a aliança Tupinambá de Cunhambebe e Aimberê contra os Temiminó de Araribóia na guerra dos Tamoios, a guerra dos Potiguara comandados pelo chefe Tejucupapo contra os portugueses e, anos mais tarde, os mesmos Pontiguara, comandados por Antonio Felipe Camarão, aliando-se agora aos portugueses para expulsar os holandeses do Brasil. No Maranhão, o padre capuchinho Claude d'Abbeville testemunhou, no início do séc. XVII, o discurso de um ancião indígena que questionava as iniciativas dos franceses.

OLIVEIRA, João Pacheco de et al. A presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 51-52.

TEXTO 2

Movimentos indígena ou movimentos indígenas?

Os povos indígenas sempre resistiram a todo processo de dominação, massacre e colonização europeia por meio de diferentes estratégias, desde a criação de federações e confederações de diversos povos para combaterem os invasores, até suicídios coletivos. A estratégia atual mais importante está centrada no fortalecimento e na consolidação do movimento indígena organizado. O ponto de partida é conhecer um pouco o processo histórico vivido pelos povos indígenas nos últimos anos e as diferentes estratégias de resistência e luta adotadas por todo esse tempo para se chegar ao atual cenário em curso, e também as possibilidades e as perspectivas que apontam. São informações que buscam atender às múltiplas dimensões políticas, técnicas e administrativas que assumiram as organizações indígenas no Brasil contemporâneo, baseadas em experiências de luta no campo do movimento indígena brasileiro, particularmente, no movimento indígena amazônico.

[...] Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolveram em defesa de seus direitos e interesses coletivos. Movimento indígena não é o mesmo que organização indígena, embora esta última seja parte importante dele. Um indígena não precisa pertencer formalmente a uma organização ou aldeia indígena para estar incluído no movimento indígena, basta que

ele comungue e participe politicamente de ações, aspirações e projetos definidos como agenda de interesse comum das pessoas, das comunidades e das organizações que participam e sustentam a existência do movimento indígena, neste sentido, o movimento indígena brasileiro, e não o seu representante ou o seu dirigente. Existem pessoas, lideranças, comunidades, povos e organizações indígenas que desenvolvem ações conjuntas e articuladas em torno de uma agenda de trabalho e de luta mais ou menos comum em defesa de interesses coletivos também comuns.

O líder indígena Daniel Mundurucu costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer “índios em movimento. Ele tem certa razão, pois não existiu no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento.

Mas as lideranças indígenas brasileiras, de forma sábia, gostam de afirmar que existe sim um movimento indígena, aquela que busca articular todas as diferenças, ações e estratégias dos povos indígenas, visando a uma luta articulada nacional ou regional que envolve os direitos e os interesses comuns diante de outros segmentos e interesses nacionais e regionais.

Essa visão estratégica de articulação nacional não anula nem reduz as particularidades e a diversidade de realidades socioculturais dos povos e dos territórios indígenas; ao contrário, valoriza, visibiliza e fortalece a pluralidade étnica, na medida em que articula, de forma descentralizada, transparente,

participativa e representativa os diferentes povos.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

DEBATE EM FOCO

DICAS COMO EXPLORAR O TEXTO COM OS ALUNOS

1ª. Inicialmente faça um levantamento sobre qual a percepção dos alunos com relação aos povos indígenas do Brasil e se conhecem a história de resistência e luta desses povos. Neste momento o professor deve ouvir com atenção as falas dos alunos.

2ª Em seguida o professor deve distribuir os fragmentos dos textos acima que abordam aspectos da resistência indígena. Posteriormente o professor deverá conduzir a leitura do texto e ao término da leitura o professor indagará os discentes sobre o que entenderam do texto. (Faça perguntas do tipo: Qual o tema central dos textos? O que autores entendem por movimento de resistência indígena? Vocês concordam com autores? Justifique?

2ª Após a leitura do texto e debate em sala, o professor deve iniciar a aula visando desconstruir os estereótipos e preconceitos sobre as populações indígenas. Dando ênfase aos protagonismos dos movimentos de resistências dos povos indígenas do Brasil.

4.3 Debatendo as matérias jornalísticas x texto acadêmico

A seguir apresentamos duas matérias jornalísticas e um trecho de um texto acadêmico que versam sobre a demarcação de terras indígenas. Estes textos podem ser apresentados aos alunos no decorrer da aula para que possam entender que ao longo tempos os povos indígenas foram expropriados de suas terras e que o Estado Brasileiro, muitas vezes foi omissivo com o processo de demarcação das terras. Neste sentido, no final da aula o professor deverá propor aos alunos que façam em grupo uma pesquisa sobre o processo de demarcação de terras de indígenas no Estado do Maranhão e assim apresentar o resultado da pesquisa em forma de seminário em data a ser combinada com a turma.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

O Direito ao território nos marcos do Estado brasileiro supõe, portanto, que os povos indígenas brasileiros demandem "espaço étnico" para seu desenvolvimento como povos, e não somente como cidadãos individualizados. A delimitação territorial supõe fixação de limites para que dentro deles os índios desenvolvam seus costumes, culturas e seus modos de autogoverno e jurisdição. É isso que as autoridades não-índias não entendem quando repetem constantemente a ideia errada de que no Brasil "há muita terra para pouco índio", como se aos índios tivessem que ser concedidas terras, do mesmo modo que há espaços necessários para os que vivem em cidades ou

no campo guiados por outras formas de relação com a terra. Os povos indígenas precisam de espaços suficientes de terras para caçar, pescar e desenvolver suas tradições culturais e seus rituais sagrados que só podem ser praticados em ambientes adequados – diferente dos não-índios ocidentais, que vivem em casas e apartamentos patrimonialmente individualizadas e por meio de empregos, de comércio, de bancos, de outras atividades que não exigem espaço territorial amplo e coletivo.

[...] A falta de terra ou a sua insuficiência acarreta não apenas dificuldades de sobrevivência física das comunidades indígenas, mas ameaça a própria continuidade étnica, na medida em que impede a realização de práticas tradicionais, como os rituais, as cerimônias, as festas e outras tradições fundamentais para a reprodução da cultura ancestral do povo. É igualmente grave a situação de terras já regularizadas, mas que foram invadidas, impedindo a ocupação efetiva dos povos indígenas, seus habitantes originais.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/UNESCO, 2006, p.

103-104.

PRESIDENTE TRANSFERE PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Medida não define como serão feitas as identificações e demarcações de terras. Serviço Florestal Brasileiro também foi para a pasta.

O presidente [...] do partido (PSL) transferiu para o Ministério

da Agricultura a atribuição de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas. Até então, a atribuição sobre as terras indígenas ficava com a Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça; e sobre os quilombolas, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vinculada à Casa Civil.

Atualmente são 462 terras indígenas no Brasil – o que representa 12,2% do território nacional – mas só 8% estão regularizadas. A maior parte se concentra na área da Amazônia Legal.

O presidente em exercício em meio à campanha eleitoral, afirmou que, se vencesse a disputa pelo Palácio do Planalto, não iria demarcar um centímetro a mais para reservas indígenas ou para quilombolas. [...]

Matéria vinculada em 02/01/2019 no G1 jornal online. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica>>

FUNAI REGISTRA INVASÃO A TERRAS INDÍGENAS NO MARANHÃO

Fazendeiros têm entrado em área que pertence aos índios Awa Guajá para extrair madeira e criar gado, segundo representante da instituição

Fazendeiros e posseiros têm entrado na terra indígena dos índios Awá Guajá da região do São João do Caru, a 245 km de São Luís, para derrubar árvores e colocar gado para pastar na região. As informações são da Frente de Proteção Étnico-Ambiental Awá, da Fundação Nacional do Índio (Funai).

De acordo com o coordenador da Frente de Proteção,

Bruno de Lima, fazendeiros que ocupavam as terras ilegalmente haviam sido retirados das terras dos índios em 2014 após uma decisão judicial. Mas, desde 2015, fazem incursões, sem se estabelecer no local.

Ao determinar a saída dos fazendeiros em 2014, a Justiça estabeleceu que eles deveriam ser assentados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da cidade de Parnarama, no leste do Maranhão.

No entanto, segundo a Frente de Proteção Awa, os fazendeiros estariam insatisfeitos porque os reassentamentos não foram cumpridos para uma parte das famílias, e têm intenção de voltar a viver nas terras.

Lima avalia que a Medida Provisória (MP 870) editada pelo atual presidente do Brasil que tirou da Funai a demarcação de terras estimula esse movimento.

Os Awá Guajá são definidos pela Funai como "de recente contato", prova disso é que a maioria só fala a língua nativa, o «Awá Guajá».

O **G1** entrou em contato com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que disse considerar inadmissível os fazendeiros passarem por cima de uma decisão transitada em julgado.

Matéria vinculada em 16/01/2019 no G1 jornal online. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao>>

QUESTÃO EM FOCO DEBATENDO O TEXTO

Observação: Este texto poderá ser utilizado em sala de

aula para debater a questão da autonomia indígena.

Leia o texto abaixo

A autonomia dos povos indígenas

Um ponto importante é, como se nota na própria Constituição, o que se vem convencendo chamar de autonomia dos povos indígenas – o que, de certa forma, pode ser visto como um princípio geral de orientação para a forma como os países deveriam manejar as relações com os povos indígenas.

Na nossa Carta Magna, esse princípio da autonomia se expressa, por exemplo, no artigo 232:

Os índios, suas comunidades e organizações são parte legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Dito assim, parece trivial, mas não se você comparar com o que existia antes no país. Até 1988, o índio, por ser considerado “relativamente incapaz”, era “tutelado” pelo Estado, como um menor de idade em relação a seus pais. Nesse sentido é que a Constituição representa um avanço.

Para que se tenha uma ideia, durante o regime militar, sobretudo, os indígenas tinham de pedir permissão à Funai até para viajar, tendo que carregar o tempo todo consigo um documento para que não fossem detidos. Esse poder todo costumava ser muito mal usado. São inúmeras as denúncias sobre abusos praticados pelos agentes do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI, que operou de 1910 a 1967) e da Funai,

incluído-se torturas, prisões arbitrárias, abuso sexual contra mulheres indígenas, e mesmo execuções de líderes indígenas “rebeldes”. Tudo praticado sob a capa da “tutela”.

Em 2002, o Congresso Nacional ratificou um acordo internacional, a *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e tribais – popularmente conhecida como Convenção 169*. Esse documento reforça ainda mais a ideia de que a ação do Estado deve se dar no sentido de garantir autonomia aos povos indígenas.

A convenção 169 vai além, porque, por exemplo, quando falamos em empreendimentos que afetem as terras indígenas, não se trata somente de “ouvir” as populações que ali residem, mas de realmente consultá-las a respeito do que vai acontecer, obtendo acordo ou consenso antes de qualquer ação. Isso vem sendo chamado de direito à “consulta livre, prévia e informada”.

Essa novidade ainda não está devidamente regulamentada. Mais uma vez, está em aberto o debate sobre como é que o país vai poder garantir aos povos indígenas esse direito de serem ouvidos.

A tradição do Estado brasileiro não é a de conversar com a população antes de realizar alguma ação, como se sabe. Durante o regime militar, muitas obras ignoraram completamente os direitos de grupos de ribeirinhos, camponeses, quilombolas e, sobretudo, das populações indígenas.

Pimentel, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça**. São Paulo, 2012, p. 81-82

Referências Bibliográficas

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: <www.domiopublico.gov.br>

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Cultura e Sobrevivência dos índios no Maranhão.** São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

COELHO, Elizabeth Maria Bessera et al. **A luta pelo reconhecimento étnico e direito à terra:** os Gamela. Anais do VIII Encontro Internacional Políticas Públicas.

D'ABEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** São Paulo: Itatiaia, 1975.

FIGUEIREDO, João Damasceno et al. **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia:** Etnologia dos povos indígenas do Maranhão. São Luís, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **O povo Guajá e as condições reais para a sua sobrevivência.** Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Povos indígenas, CEDI, São Paulo, 1991.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro et al. **Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão:** conhecendo, valorizando e preservando o patrimônio cultural Maranhense. São Luís, 2013

OLIVEIRA, João Pacheco de Oliveira et al. **A presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006, p. 158.

PIMENTEL, Spency. **O índio que mora na nossa cabeça:** sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012.

UBBIALI, Carlo. **Os índios do Maranhão ou o Maranhão dos índios.** Instituto Ekos, São Luís, 2004.



Autor

Diêgo Fernando Silva Rabêlo, graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, Especialista em Metodologia do Ensino Superior – UFMA e especialista em Gestão Escolar e Educacional – UEMA. Áreas de interesse História Indígena e do Indigenismo, Educação Indígena e contatos interétnicos. Professor substituto de História IFMA - Campus de Alcântara.

DR

Diêgo Rabêlo

